

TRE-TO

500 QUESTÕES GABARITADAS - TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

Técnico Judiciário



CÓD: SL-077MR-25
7908433273233

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Direito Eleitoral	119
3. Noções de Direito Constitucional.....	131
4. Noções de Direito Administrativo	167
5. Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	197

1. INSTITUTO AOCB - 2023

Como os astros influenciam nossa vida? Veja o que é ciência ou não

Desde a composição do corpo humano até a construção de grandes civilizações, devemos nossa existência e nossa evolução às estrelas e à observação do céu. Os astros, então, têm uma influência enorme na nossa vida.^a

Curiosamente, porém, é comum que as pessoas atribuam à posição de planetas, Lua e estrelas outros “poderes” que, do ponto de vista científico, eles não têm - como moldar nossa personalidade ou comportamento.

Quem explica isso é Marcelo Girardi Schappo, doutor em Física Atômica e Molecular, professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e autor de *Astronomia - Os astros, a ciência, a vida cotidiana* (ed. Contexto), livro recém-lançado que aborda a importância dos céus no nosso dia-a-dia.^b

Em entrevista à BBC News Brasil, Schappo explica quatro influências determinantes dos astros na existência humana, e duas que, apesar de bastante populares, não têm respaldo científico.

Estamos falando de elementos como carbono, oxigênio, enxofre, magnésio e a maior parte dos nomes que vemos na tabela periódica, existentes em estrelas que viveram bilhões de anos atrás e foram continuamente explodindo e se reconstituindo.

Nesse processo, explica Schappo, as estrelas formaram uma “nuvem inicial”, que deu origem ao Sol - a principal estrela do nosso Sistema Solar -, aos planetas como a Terra e à combinação de elementos que permitiu que gases, minerais, água e a vida surgissem e evoluíssem por aqui.

É um processo que se estende por cerca de 13 bilhões de anos e que permitiu a riqueza de elementos químicos da Terra. Por isso, estudiosos de astronomia costumam dizer que nós, seres vivos, somos feitos de “poeira das estrelas”.

As estrelas, explica Schappo, “fazem um processo de fusão nuclear e vão juntando esses elementos pequenos, que viram elementos mais pesados. Esses tijolinhos (elementos) fundamentais à nossa vida aqui

vieram do interior de estrelas, que explodiram ou expandiram as suas camadas externas e enriqueceram quimicamente o ambiente interestelar. É esse material que vai acabar se aglomerando e dar origem a novas estrelas, planetas e novos sistemas onde eventualmente a vida pode florescer.”

Construção das civilizações

Para além da base fundamental da vida, foi graças aos céus - mais especificamente, à capacidade de nossos antepassados em observar os céus - que pudemos construir as civilizações humanas, afirma Schappo.

Ele se refere especificamente às estações do ano.

As diferentes estações existem - e se opõem nos hemisférios Norte e Sul - por causa da inclinação da Terra em relação ao Sol, enquanto dá a volta em torno do Sol.^c

Como a Terra é inclinada em seu eixo, os raios solares incidem de forma diferente em diferentes partes do mundo, a depender do momento do ano - assim, a energia do Sol incide com mais intensidade nos meses de verão e menos intensidade nos de inverno.

Muito antes de adquirirem esse conhecimento científico, nossos antepassados aprenderam sobre os padrões climáticos observando o céu. Há constelações de estrelas que só aparecem no céu noturno nos meses de verão, enquanto outras são visíveis no inverno, detalha Schappo. Várias civilizações também identificaram as datas de solstícios e equinócios (dias com mais ou menos luz diurna no ano), o que lhes permitiu identificar a troca de estações.

Com esses padrões astronômicos, foi possível se antecipar a períodos de secas ou chuvas, e perceber os melhores momentos de plantar e colher.

“Se antever a isso ajudou na transição de um sistema nômade para um sedentário”^d, em que sociedades puderam se desenvolver e prosperar, argumenta o físico. “É obrigatório conhecer esse ambiente e esses padrões da Terra.”

Por isso, ele argumenta que entender astronomia foi uma “questão de sobrevivência”.

Esse conhecimento evoluiu para o calendário - o Gregoriano, que vigora atualmente, foi criado há 440 anos para acompanhar os pouco mais de 365 dias que a Terra demora para dar sua volta em torno do Sol.

Agora que a humanidade está diante de mudanças nos padrões climáticos da Terra por conta do aquecimento global, Marcelo Schappo argumenta que o conhecimento astronômico também será fundamental - por conta de sua capacidade de analisar os padrões do Sol e a forma como a nossa atmosfera absorve sua energia.

Além de ensinar nossos antepassados a entender os ciclos climáticos, a observação dos céus foi crucial em outro ponto importante na história humana: as navegações. “Muitas navegações e métodos de navegação importantes na história foram guiados pelas estrelas”, afirma Schappo.

Uma das estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul, por exemplo, “aponta quase no polo Sul celeste - é um bom indicativo de onde está o sul, e a partir daí sabe onde estão os outros pontos cardeais”, explica o físico.

No hemisfério Norte, a Estrela Polar, na constelação da Ursa Menor, é usada como indicativo do norte.

Hoje, a nossa navegação via satélite também se apoia no conhecimento astronômico - tanto no envio de satélites ao espaço quanto na utilização desses satélites para você definir, no GPS do celular, o trajeto que vai fazer de casa para o trabalho.

“O sistema do GPS funciona com vários satélites, colocados em órbita da Terra”, explica Schappo.

“Quando quero usar meu celular para saber minha posição no planeta, o que ele (aparelho) faz é trocar informações com esses satélites - e o sinal leva um tempo para sair do celular, chegar no satélite e retornar. É com essa diferença de tempo de sinal que ele troca com pelo menos dois ou três satélites* que ele calcula exatamente a posição em que você está no planeta em latitude, longitude e altitude. Portanto, é uma superferramenta para navegação aérea, marítima e exploração terrestre.”

[...]

Texto adaptado de: Como os astros influenciam nossa vida? Veja o que é ciência ou não - BBC News Brasil. Acesso em: 02 de jul. 2023.

Assinale a alternativa em que há uma inadequação em um termo/expressão por conta de mudança das regras do Novo Acordo Ortográfico.

(A) “Os astros, então, têm uma influência enorme na nossa vida.”

(B) “[...] livro recém-lançado que aborda a importância dos céus no nosso dia-a-dia.”

(C) “As diferentes estações existem - e se opõem nos hemisférios Norte e Sul - por causa da inclinação da Terra em relação ao Sol [...]”

(D) ““Se antever a isso ajudou na transição de um sistema nômade para um sedentário.””

(E) “É com essa diferença de tempo de sinal que ele troca com pelo menos dois ou três satélites [...]”

2. INSTITUTO AOCP - 2024

COMO TRANSFORMAR DESAFIOS EM OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO PARA JOVENS

Brasil tem mais de um terço de jovens entre 18 e 24 anos que não trabalham nem estudam e é preciso apoiá-los em sua jornada profissional

Mauricio Harger (26.dez.2023)

Em minha trajetória profissional, tive o privilégio de acompanhar o desenvolvimento de diversos jovens que se destacaram. Além de revigorante, isso é duplamente benéfico.

Para os jovens, entrar no mercado proporciona a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos na prática, desenvolver habilidades profissionais até então desconhecidas, estabelecer contatos valiosos e receber orientação de mentores experientes, catalisando um crescimento profissional significativo.

Para as empresas, a inserção de jovens na equipe impulsiona a inovação e a criatividade, facilita a adoção de tecnologias emergentes, traz uma energia contagiante para a cultura organizacional e promove a contínua renovação de ideias e talentos na empresa.

No entanto, grande parte deste potencial pode não estar sendo aproveitado. De acordo com um relatório da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico de 2022, o Brasil tem mais de um terço de jovens (36,9%) entre 18 e 24 anos que não trabalham nem estudam.

[...]

Investir na formação de nossos jovens deve ser um compromisso social das empresas e, muitas vezes, já faz parte das obrigações regulatórias. Este é o caso, por exemplo, do Programa Jovem Aprendiz, iniciativa que faz parte da Lei da Aprendizagem e que busca inserir jovens no mercado de trabalho, proporcionando a eles a oportunidade de adquirir experiência profissional, combinada com educação teórica.

De acordo com o decreto no 11.479/2022, jovens aprendizes devem representar entre 5% e 15% do total de empregados de empresas de médio e grande porte, isso considerando cargos que demandam formação profissional.

Hoje, segundo levantamento do Ministério do Trabalho e Emprego, temos no Brasil cerca de 500 mil aprendizes, além de 642 mil estagiários. É um número bom e que ainda deve aumentar, mas não basta só cumprir a cota para fazer seu papel. É importante oferecer formação e experiência de qualidade, garantindo uma preparação eficaz que inclua competências essenciais, além das técnicas.

[...]

Planejar o começo de carreira dos mais novos é mais do que um desafio presente, é um investimento no futuro. Cabe, então, a nós, gestores, encarmos este compromisso e fazermos nossa parte para reverter os preocupantes índices de desemprego entre jovens, construindo uma sociedade mais próspera e equitativa. Isso trará benefícios a todos.

Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/papo-de-resposta/2023/12/como-transformar-desafios-em-oportunidades-no-mercado-de-trabalho-para-jovens.shtml>. Acesso em: 05

*fev.
2024.*

Em “[...] temos no Brasil cerca de 500 mil aprendizes [...]”, o termo destacado NÃO é um sinônimo de

- (A) aproximadamente.
- (B) mais ou menos.
- (C) acerca de.
- (D) por volta de.
- (E) em torno de.

3. INSTITUTO AOCP - 2024

Tráfico de espécies animais causa impactos em todo o meio ambiente

A partir da apreensão de ovos de arara-azul-de-lear, Cristina Yumi Miyaki adverte que toda a fauna e flora de um ecossistema estão interligadas e suas interações complexas são modificadas por essa prática criminosa

Julio Silva

No início de fevereiro, mãe e filha ucranianas foram presas na cidade mineira de Governador Valadares por tráfico internacional de animais silvestres, após serem flagradas transportando uma incubadora com ovos de arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*), espécie endêmica da Caatinga brasileira que está

presente na lista oficial de espécies brasileiras ameaçadas de extinção, divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Cristina Yumi Miyaki, professora do Instituto de Biociências da USP, explica os riscos que essa prática ilegal traz às espécies ameaçadas de extinção e à estabilidade dos ecossistemas nacionais.

Riscos

Segundo a docente, a captura de espécies através do tráfico ilegal causa um impacto não apenas na população desse animal, mas também em todo o ambiente e nos outros indivíduos com os quais ele se relaciona, uma vez que toda a fauna e flora de um ecossistema estão interligadas e suas interações complexas são modificadas pela prática ilícita. “A perda de uma espécie que é a principal dispersora de sementes de uma determinada árvore vai afetar essa espécie de árvore que, por sua vez, pode ser abrigo para uma terceira espécie e assim por diante”, exemplifica a especialista.

De acordo com a professora, a maioria dos indivíduos apreendidos pelo tráfico ilegal são capturados diretamente da natureza e não sobrevivem ao processo de transporte até o destino final, pois não estão acostumados a conviver fora de seu habitat natural. Ela explica também que, para capturar animais que vivem em troncos, toda a estrutura da árvore é derubada pelos criminosos e a perda para essa espécie torna-se ainda maior.

Dados

(...) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estima que cerca de 80% dos animais traficados correspondem a aves, sendo a maioria da ordem *Passeriforme*, ou seja, os passarinhos. A tradição brasileira de ter essas aves em gaiolas, além da beleza das plumas e do canto, são alguns dos fatores que explicam a alta taxa de exploração ilegal dessas espécies.

Órgãos de preservação

Segundo Cristina, a autoridade governamental responsável pela conservação das espécies ameaçadas de extinção no Brasil é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que pertence ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Ela explica que o órgão coordena ações nacionais de combate à exploração animal em parceria com instituições e organizações não governamentais (ONGs) nacionais e internacionais.

“Além da captura de animais por meio do tráfico ilegal, a destruição e a degradação do ambiente, ou seja, do habitat, é uma outra ameaça importante que pode diminuir a área onde as espécies podem habitar ou ainda isolar suas populações em pequenas manchas de ambiente adequado, limitando então a sua dispersão”, afirma.

Um levantamento realizado pelo ICMBio mostra que das 12.256 espécies da fauna brasileira analisadas, 1.173 estão ameaçadas de extinção. Aliadas ao tráfico ilegal, outras ações humanas como queimadas e destruição dos ecossistemas para implementação de atividade agropecuária são as principais responsáveis pela grande quantidade de indivíduos em risco.

Métodos de prevenção

Conforme Cristina Yumi Miyaki, o combate ao tráfico ilegal exige ações coordenadas de diversas áreas, mas ela destaca a educação e conscientização de toda a população, além da fiscalização com inteligência na investigação por parte das autoridades, como fatores preponderantes no enfrentamento dessa problemática. A especialista conta que o Estado precisa exercer um forte apoio nos níveis federal, estadual e municipal para auxiliar os órgãos fiscalizadores.

“Também é necessário diminuir a alta demanda desses animais que, por muitas vezes, é internacional e por isso implica na necessidade de articulação entre diferentes países. Por isso é um tema tão complexo”, finaliza.

Adaptado de: <https://jornal.usp.br/radio-usp/trafico-de-especie-sanimais-causa-impactos-em-todo-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 30 abr. 2024.

Quanto à acentuação gráfica, assinale a alternativa correta.

(A) Em “No início de fevereiro, mãe e filha ucranianas foram presas na cidade mineira de Governador Valadares por tráfico internacional de animais silvestres [...]”, os termos destacados foram acentuados pela mesma razão.

(B) Em “Ela explica também que, para capturar animais que vivem em troncos, toda a estrutura da árvore é derrubada pelos criminosos [...]”, o primeiro termo destacado é acentuado por ser uma oxítona terminada em “em”, e o segundo por ser uma proparoxítona, uma vez que todas as proparoxítonas são acentuadas.

(C) No trecho “Ela explica que o órgão coordena ações nacionais de combate à exploração animal [...]”, o termo destacado acentua-se por ser uma proparoxítona terminada em “o”.

(D) No trecho “Segundo Cristina, a autoridade governamental responsável pela conservação das espécies ameaçadas de extinção no Brasil é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [...]”, o termo destacado acentua-se por ser uma proparoxítona terminada em ditongo.

(E) Em “[...] além da fiscalização com inteligência na investigação por parte das autoridades, como fatores preponderantes no enfrentamento dessa problemática.”, ambos os termos destacados são acentuados por serem proparoxítonas terminadas em “a”.

4. INSTITUTO AOCP - 2022

Queridinho entre jovens, cigarro eletrônico traz riscos ao coração e pulmão

Comercialização, importação e propaganda de todos os tipos de dispositivos eletrônicos para fumar são proibidas no Brasil, mas só ganham mercado e consumidores

Lilian Monteiro 26/05/2022

Os dispositivos eletrônicos para fumar (DEF), também conhecidos como cigarros eletrônicos, *vape, pod, e-cigarette, e-ciggy, e-pipe, e-cigar, heat not burn* (tabaco aquecido), entre outros, têm a comercialização, importação e propaganda proibidas no Brasil, por meio da Resolução de Diretoria Colegiada da Anvisa: RDC nº 46, de 28 de agosto de 2009. No entanto, cada vez mais o produto ganha mercado e consumidores, principalmente, entre os jovens.

Desde 2003, quando foram criados, tais produtos passaram por diversas gerações: os produtos descartáveis, de uso único; os produtos recarregáveis com refis líquidos (que contêm em sua maioria propileno glicol, glicerina, nicotina e flavorizantes), em sistema aberto ou fechado; os produtos de tabaco aquecido, que têm um dispositivo eletrônico onde se acopla um refil com tabaco; os sistemas “pods”, que contêm sais de nicotina e outras substâncias diluídas em líquido e se assemelham a pen drives, dentre outros.

[...]

Desenvolvidos como alternativa aos cigarros tradicionais, os cigarros eletrônicos caíram no gosto dos jovens. Em formato de caneta ou mesmo de um celular, eles já são apontados como a provável causa de várias doenças pulmonares. Contudo, o que pouco se fala é que ele também é prejudicial para a saúde vascular.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

1. 2025

De acordo com a legislação eleitoral, qual das alternativas caracteriza corretamente a vedação à propaganda eleitoral na internet?

- (A) É permitida a veiculação de propaganda paga em blogs de pessoas jurídicas.
- (B) É proibida qualquer forma de propaganda eleitoral na internet, mesmo gratuita.
- (C) É vedada a propaganda eleitoral em sítios de pessoas jurídicas.
- (D) A propaganda eleitoral é livre, desde que não haja anonimato.
- (E) É autorizada a propaganda paga em redes sociais de candidatos.

2. 2025

Sobre o direito de resposta no contexto eleitoral, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O ofendido pode solicitar direito de resposta a qualquer tempo se a ofensa ocorrer na internet.
- (B) O pedido deverá ser julgado pela Justiça Eleitoral no prazo máximo de 72 horas.
- (C) A resposta deve ser divulgada no mesmo veículo e com o mesmo destaque da ofensa.
- (D) A decisão da Justiça Eleitoral não admite recurso às instâncias superiores.
- (E) O ofensor será notificado e terá 24 horas para apresentar defesa.

3. 2025

A Justiça Eleitoral pode determinar a suspensão de conteúdo na internet que desrespeite a legislação. Nesse caso, a suspensão:

- (A) Não poderá ultrapassar 48 horas.
- (B) Será sempre por tempo indeterminado.
- (C) Não poderá ultrapassar 24 horas.
- (D) É determinada somente após as eleições.
- (E) Requer aprovação do Congresso Nacional.

4. 2025

Quanto às sanções previstas pela veiculação de propaganda eleitoral irregular na internet, é CORRETO afirmar:

- (A) A sanção é exclusivamente cível.
- (B) O provedor de conteúdo será sempre responsável, independentemente de conhecimento prévio.
- (C) O beneficiário da propaganda só será penalizado se houver comprovação de prévio conhecimento.
- (D) A pena máxima é de advertência por escrito.
- (E) Não há aplicação de multa para candidatos.

5. 2025

De acordo com a Lei nº 9.504/97, são considerados gastos eleitorais, EXCETO:

- (A) Aluguel de locais para atos de campanha.
- (B) Despesas com transporte de pessoal.
- (C) Correspondências e despesas postais.
- (D) Custos com fiscalização do processo eleitoral pela Justiça.
- (E) Confecção de material impresso de campanha.

6. 2025 Sobre a propaganda eleitoral em impressos, assinale a afirmativa correta:

- (A) É proibido uso de adesivos em veículos.
- (B) O uso de panfletos requer autorização da Justiça Eleitoral.
- (C) Todo material deve conter CNPJ ou CPF do responsável.
- (D) A distribuição de material impresso é proibida em áreas públicas.
- (E) É permitida a propaganda em muros de bens públicos.

7. 2025

Qual o prazo legal para ajuizar representação contra condutas vedadas, conforme o artigo 41A da Lei nº 9.504/1997?

- (A) Até o registro da candidatura.
- (B) Até o dia da eleição.
- (C) Até a diplomação.
- (D) Até 15 dias após a eleição.
- (E) Não há prazo fixado.

8. 2025

A manifestação do pensamento na internet durante a campanha eleitoral é:

- (A) Livre, inclusive de forma anônima.
- (B) Permitida desde que identificável e respeitadas as normas eleitorais.
- (C) Vedada, sob pena de cassação da candidatura.
- (D) Permitida apenas em redes sociais de partidos políticos.
- (E) Proibida se não houver moderação.

9. 2025

Sobre o sistema eletrônico de votação, é correto afirmar:

- (A) A votação é feita exclusivamente com cédulas de papel.
- (B) O sistema eletrônico dispensa identificação do eleitor.
- (C) A urna eletrônica exibe o nome, partido e foto do candidato.
- (D) O voto eletrônico impede o registro digital.
- (E) O uso de sistema eletrônico é opcional em todos os casos.

10. 2025

Assinale a alternativa que representa uma conduta proibida durante a propaganda eleitoral:

- (A) Uso de adesivos microperfurados no parabrisa traseiro.
- (B) Colocação de bandeiras móveis em calçadas.
- (C) Afirmações ofensivas contra adversários políticos.
- (D) Distribuição de panfletos em locais privados.
- (E) Divulgação de propostas nas redes sociais do candidato.

11. 2025

Conforme a Lei das Eleições, a propaganda eleitoral só é permitida:

- (A) Após o registro de candidatura.
- (B) Após o início do ano eleitoral.
- (C) A partir de 15 de agosto do ano da eleição.
- (D) Após a convenção partidária.
- (E) A partir de 1º de setembro do ano da eleição.

12. 2025

Com relação à realização de comícios, é correto afirmar que:

- (A) Devem ocorrer apenas durante o horário comercial.
- (B) Podem ocorrer até a véspera das eleições, com encerramento até meia-noite.
- (C) São proibidos em vias públicas.
- (D) Devem ser autorizados pelo TRE.
- (E) Só podem ocorrer em espaços fechados.

13. 2025

Quanto ao poder de polícia da Justiça Eleitoral, é correto afirmar:

- (A) Referese à investigação de crimes eleitorais.
- (B) Consiste na atuação preventiva, sem sanção.
- (C) Envolve a cassação de registros.
- (D) Inclui medidas de segurança pública.
- (E) Abrange o julgamento de ações penais eleitorais.

14. 2025

É permitida a propaganda eleitoral via altofalantes ou amplificadores de som:

- (A) Em qualquer horário, sem restrição.
- (B) Somente em propriedades privadas.
- (C) Das 8h às 22h, com limitações legais.
- (D) Exclusivamente em carreatas.
- (E) Em locais de votação no dia da eleição.

15. 2025

Sobre as pesquisas eleitorais, assinale a afirmativa correta:

- (A) Não precisam ser registradas junto à Justiça Eleitoral.
- (B) São divulgadas livremente até o dia da eleição.
- (C) Podem ser realizadas por qualquer pessoa física.
- (D) Devem ser registradas com no mínimo cinco dias de antecedência da divulgação.
- (E) Estão dispensadas de metodologia estatística.

16. 2025

Assinale a alternativa que apresenta uma conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais:

- (A) Utilizar veículo oficial para transporte a comícios.
- (B) Participar de debates eleitorais fora do expediente.
- (C) Declarar voto em redes sociais particulares.
- (D) Se afastar do cargo em período de campanha.
- (E) Distribuir panfletos em horário de folga.

17. 2025

O abuso de poder político configura:

- (A) Simples infração administrativa.
- (B) Conduta exclusiva do Legislativo.
- (C) Desvio de finalidade na atuação pública com impacto no equilíbrio eleitoral.
- (D) Falta de decoro parlamentar.
- (E) Crime previsto no Código Penal.

18. 2025

A sanção para a prática de propaganda eleitoral antecipada pode ser:

- (A) Apenas suspensão do registro de candidatura.
- (B) Advertência verbal pela autoridade policial.
- (C) Multa pecuniária.
- (D) Cancelamento da filiação partidária.
- (E) Nenhuma, se realizada em redes sociais.

19. 2025

São considerados crimes eleitorais, EXCETO:

- (A) Calúnia na propaganda eleitoral.
- (B) Divulgação de fato inverídico sobre candidatos.
- (C) Uso de recurso público para beneficiar candidatura.
- (D) Comparecimento às urnas sem o título eleitoral.
- (E) Compra de votos.

20. 2025

De acordo com a legislação eleitoral, a boca de urna é:

- (A) Permitida até o encerramento da votação.
- (B) Permitida apenas por cabos eleitorais.
- (C) Permitida se o eleitor estiver com camisa do candidato.

(D) Vedada, configurando crime eleitoral.

(E) Permitida no raio de até 50 metros da seção eleitoral.

21. 2025

Quanto à propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV, é correto afirmar:

- (A) É proibida nos municípios com menos de 200 mil eleitores.
- (B) Somente candidatos a presidente têm direito.
- (C) O tempo é distribuído igualmente entre os partidos.
- (D) O tempo é distribuído proporcionalmente à representação na Câmara dos Deputados.
- (E) A veiculação é obrigatória apenas em TV pública.

22. 2025

A cessação da inelegibilidade decorrente de condenação criminal ocorre com:

- (A) O trânsito em julgado da sentença.
- (B) A decretação de prisão preventiva.
- (C) A extinção da punibilidade.
- (D) A simples absolvição em primeira instância.
- (E) A interposição de recurso ao STF.

23. 2025

É vedado aos partidos políticos no período de campanha:

- (A) Reunir-se em comitês.
- (B) Distribuir material impresso.
- (C) Contratar shows artísticos com finalidade eleitoral.
- (D) Utilizar fundo partidário.
- (E) Utilizar redes sociais.

24. 2025

O alistamento eleitoral é:

- (A) Facultativo para maiores de 18 anos.
- (B) Obrigatório a partir dos 21 anos.
- (C) Facultativo para analfabetos e maiores de 70 anos.
- (D) Proibido para militares.
- (E) Permitido apenas em ano eleitoral.

25. 2025

A filiação partidária é condição:

- (A) Opcional para registro de candidatura.
- (B) Obrigatória, no mínimo, 6 meses antes do pleito.
- (C) Obrigatória apenas para cargos majoritários.
- (D) Proibida para magistrados.
- (E) Facultativa aos servidores públicos.

26. 2025

A Justiça Eleitoral é composta por:

- (A) Juízes federais, estaduais e militares.
- (B) TREs, TSE e cartórios eleitorais.
- (C) Apenas pelo TSE.
- (D) Tribunais de Justiça e STF.
- (E) Ministérios Públicos e Defensorias.

27. 2025

A criação de partidos políticos depende, dentre outros requisitos:

- (A) Aprovação por maioria simples no Congresso.
- (B) Registro no cartório cível da capital federal.
- (C) Registro de estatuto no TSE.
- (D) Autorização da Presidência da República.
- (E) Alvará judicial de funcionamento.

28. 2025

O financiamento coletivo para campanhas é:

- (A) Proibido desde a minirreforma eleitoral.
- (B) Permitido desde que realizado por entidades autorizadas e registradas na Justiça Eleitoral.
- (C) Livre, sem necessidade de registro.
- (D) Permitido apenas a partidos, não a candidatos.
- (E) Limitado a valores até 10% do teto de gastos.

29. 2025

A competência para julgar os registros de candidatura ao cargo de governador é do:

- (A) Supremo Tribunal Federal.
- (B) Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Superior Eleitoral.
- (E) Ministério Público Eleitoral.

30. 2025

O domicílio eleitoral do candidato deve estar estabelecido:

- (A) No local onde o partido político tem sede.
- (B) Em qualquer município do estado.
- (C) No município da candidatura, pelo menos seis meses antes da eleição.
- (D) Onde o candidato possui patrimônio.
- (E) Onde ocorreu o alistamento eleitoral.

31. 2025

De acordo com a legislação eleitoral, as condutas vedadas aos agentes públicos durante o período de campanha eleitoral têm como objetivo:

- (A) preservar a soberania popular.
- (B) impedir que partidos políticos utilizem recursos públicos.
- (C) garantir igualdade de oportunidades entre os candidatos.
- (D) proteger os direitos dos servidores públicos.
- (E) assegurar o direito de manifestação política.

32. 2025

O uso promocional de programas sociais subvencionados pelo Poder Público em benefício de candidato, partido ou coligação durante o período eleitoral:

- (A) é permitido apenas se houver previsão legal.
- (B) é permitido até 60 dias antes do pleito.
- (C) é vedado, configurando conduta ilícita.
- (D) é permitido, desde que haja autorização judicial.
- (E) é permitido somente em campanhas municipais.

33. 2025

Em ano eleitoral, é proibida a distribuição gratuita de bens ou benefícios pela Administração Pública, exceto nos casos:

- (A) de execução orçamentária prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (B) de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais previamente autorizados por lei e em execução no exercício anterior.
- (C) em que houver ordem judicial determinando tal distribuição.
- (D) de programas com verbas do Fundo Partidário.
- (E) que envolvam transferências de recursos entre União e Estados.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. INSTITUTO AOCF - 2022

Sobre o fenômeno da recepção, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Perante a nova Constituição, é imprescindível que a lei a ser recepcionada tenha compatibilidade material, sendo irrelevante sua compatibilidade formal.
- (B) Leis que não estão mais em vigor no momento do advento da nova Constituição podem ser recepcionadas, desde que sejam formal e materialmente compatíveis com a nova ordem jurídica.
- (C) Caso o ato normativo a ser recepcionado não seja mais previsto no novo ordenamento jurídico, ele não poderá ser recebido.
- (D) Na hipótese de ato normativo anterior, que era válido perante a Constituição sob cuja regência foi editado, ser incompatível com a nova ordem constitucional, restará caracterizado sua inconstitucionalidade superveniente.
- (E) A lei que seja formalmente incompatível com a ordem constitucional anterior, mas que seja compatível (formal e materialmente) com a nova Constituição, será recepcionada diante de sua constitucionalidade superveniente.

2. INSTITUTO AOCF - 2023

Com base na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a defesa da paz, a igualdade entre os Estados e a prevalência dos direitos humanos são

- (A) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) direitos e garantias fundamentais.
- (C) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (D) Poderes do Estado Democrático de Direito.
- (E) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

3. INSTITUTO AOCF - 2022

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Nas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, dentre outros, pelo princípio da solução pacífica de conflitos.
- (B) Está entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil o pluralismo político.
- (C) Um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) A República Federativa do Brasil tem como princípio a independência nacional em relação às relações internacionais.
- (E) A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

4. INSTITUTO AOCF - 2022

Na seção de princípios fundamentais, a Constituição determina suas diretrizes primordiais. Nesse sentido, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- (A) administrar o erário e distribuí-lo de forma assistencial.
- (B) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (C) garantir a idoneidade do sistema eleitoral.
- (D) promover o diálogo entre empresas públicas e associações desportivas.
- (E) premiar inovações tecnológicas.

5. INSTITUTO AOC - 2022

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- (C) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.
- (D) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.
- (E) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

6. INSTITUTO AOC - 2022

Uma sociedade justa, livre e solidária é um dos objetivos fundamentais da atual Constituição Federal. Acerca do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos definidos pela CF/88.
- (B) A prevalência dos direitos humanos, a igualdade entre os Estados e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (D) Visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações, o Brasil buscará apenas a integração política com os povos da América Latina.
- (E) Dentre os fundamentos da República Federativa do Brasil, estão compreendidos a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

7. INSTITUTO AOC - 2021

Conforme a Constituição Federal, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil

- (A) garantir o desenvolvimento dos povos.
- (B) erradicar a fome e a criminalização.
- (C) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (D) a solução pacífica dos conflitos.
- (E) reduzir as desigualdades sociais e regionais.

8. INSTITUTO AOC - 2024

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

- (A) Não podem alistar-se como eleitores os anal-fabetos e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- (B) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, sendo que, no caso de prisão ilegal, esta será imediatamente revogada pela autoridade judiciária.
- (C) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, para fins de investigação criminal ou instrução processual civil.
- (D) São gratuitas as ações de “*habeas-corpus*” e “*habeas-data*”, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (E) Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, são considerados brasileiros naturalizados, independentemente de requerimento.

9. INSTITUTO AOC - 2022

Qual das seguintes alternativas pode ser considerada um direito ou garantia fundamental “fora do catálogo”?

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- (B) Vedação ao estabelecimento de tributo com efeito de confisco.
- (C) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

(D) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

(E) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

10. INSTITUTO AOCP - 2021

Analise a seguinte situação hipotética:

Maria, casada, mãe de dois filhos, teve a terceira gestação aos quarenta e quatro anos. Quando estava na 13ª semana da gestação, descobriu que o feto era anencéfalo e, com 100% de certeza, não teria perspectiva de sobrevivência. Imediatamente, Maria pensou em fazer um aborto, mas não tinha certeza se poderia em razão do direito fundamental à vida, previsto na Constituição Federal Brasileira. Após conversar com o médico, Maria acredita que poderá fazer o aborto, mediante comprovação por laudo médico da condição do feto, em razão de o Supremo Tribunal Federal já ter decidido sobre a matéria, entendendo favoravelmente ao aborto em algumas situações. Nesse caso, no que tange ao direito fundamental à vida previsto no artigo 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que

(A) por ser um direito fundamental, é absoluto, mas, nesse caso, diante da inexistência de perspectiva de sobrevivência do feto, não há o que se falar em proteção do direito à vida.

(B) por ser um direito fundamental, é absoluto e, na verdade, Maria não poderá fazer o aborto, mesmo com o laudo médico.

(C) apesar de ser um direito fundamental, não é absoluto e, nesse caso, foi relativizado, dentre outros, pelos princípios da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, em prol da proteção da mãe.

(D) apesar de ser um direito fundamental, não é absoluto e sequer é considerado em uma situação como a apresentada no enunciado.

(E) por ser um direito fundamental, não é absoluto, mas o princípio da dignidade da pessoa humana, considerado nesse caso pelo STF na proteção da mãe, está acima de qualquer outro direito fundamental.

11. INSTITUTO AOCP - 2024

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco foi acionado para combater um incêndio em um cartório de registro civil de pessoas naturais, o qual está localizado no térreo do apartamento de propriedade de um empresário conhecido da cidade. Chegando ao local, os bombeiros se depararam com o incêndio e várias pessoas reunidas na rua, preocupadas com a queima de certidões de nascimento e de óbito arquivadas no cartório. Com base no enunciado e conforme o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **correta**.

(A) Caso o empresário esteja no interior do seu apartamento, os bombeiros não poderão penetrar sem consentimento do morador para prestar socorro, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo.

(B) É gratuito para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, a certidão de óbito, mas não o registro civil de nascimento.

(C) No caso de iminente perigo público, os bombeiros poderão usar do apartamento do empresário, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

(D) É gratuito para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento, mas não a certidão de óbito.

(E) Para que sejam legítimas as reuniões em locais abertos ao público, faz-se necessária prévia de autorização da autoridade competente, que será concedida caso não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.

12. INSTITUTO AOCP - 2023

Assinale a alternativa que apresenta o enunciado constitucional que é violado com a quebra de sigilo fiscal praticada em processo administrativo disciplinar sem intervenção de autoridade judiciária.

(A) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(B) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(C) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

(D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(E) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

13. INSTITUTO AOC - 2022

Renomada associação privada de âmbito municipal, que atua na área da proteção à infância e à juventude, foi objeto de matéria jornalística veiculada em programa televisivo dominical, na qual se denunciou, com a exibição de evidências robustas, que as atividades institucionais desenvolvidas pela associação estariam ligadas ao tráfico internacional de menores. Considerando o caso narrado e as disposições constitucionais acerca das associações, é correto afirmar que

(A) a entidade associativa não poderá ser compulsoriamente dissolvida, em razão do direito constitucional de liberdade de associação.

(B) a associação somente poderá ter suas atividades suspensas ao final de regular processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

(C) as atividades da associação não poderão ser suspensas, eis que ela não detém caráter paramilitar.

(D) na esfera administrativa, para que a associação tenha suas atividades suspensas, faz-se imprescindível que o processo judicial que apura o ilícito penal já tenha transitado em julgado.

(E) as atividades da associação só poderão ser suspensas por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado da ação.

14. INSTITUTO AOC - 2022

Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

(A) A mera intuição do policial militar acerca de eventual traficância praticada pelo agente configura, por si só, justa causa a autorizar o ingresso em seu domicílio, sem o seu consentimento e sem determinação judicial.

(B) É cabível o *habeas data* ainda que não haja recusa de informações por parte da autoridade administrativa.

(C) Os cargos de Presidente da República, de Governador do Estado e de Ministro da Defesa são privativos de brasileiro nato.

(D) Se contar com menos de dez anos de serviço, o militar alistável é elegível, contudo deverá afastar-se da atividade.

(E) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

15. INSTITUTO AOC - 2022

De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Com base nesse dispositivo e seus incisos, assinale a alternativa **correta**.

(A) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, sendo contudo afastado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(B) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante a noite, por determinação judicial.

(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

(D) A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(E) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização prévia.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. INSTITUTO AACP - 2019

Em relação ao Conceito de Ato Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) É uma expressão utilizada para designar, em sentido amplo, os regimes de direito público e de direito privado a que se pode submeter a Administração Pública.
- (B) Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação.
- (C) Assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- (D) É a declaração do Estado ou de quem o representante, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público.

2. INSTITUTO AACP - 2022

Com fundamento na Lei de Ação Popular, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um requisito do ato administrativo.

- (A) Finalidade.
- (B) Coercibilidade.
- (C) Competência.
- (D) Motivo.
- (E) Objeto.

3. INSTITUTO AACP - 2020

Para que o Ato administrativo produza efeitos jurídicos, é necessário conter seus requisitos de validade. Assinale a alternativa que apresenta os requisitos de validade do ato Administrativo.

- (A) Sujeito competente ou Competência; Forma; Finalidade; Motivo; Objeto ou conteúdo.
- (B) Sujeito competente; Formalidade; Tempestividade.
- (C) Legitimidade; Forma; Tempestividade; Singularidade.
- (D) Tempestividade; Singularidade; Informalidade; Necessidade.
- (E) Sujeito competente ou Competência; Informalidade; Necessidade; Motivo; Objeto ou conteúdo.

4. INSTITUTO AACP - 2020

Assinale a alternativa que apresenta o conjunto de requisitos para a formação do ato administrativo, inclusive com relação à sua eficácia para produzir efeitos válidos.

- (A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- (B) competência, finalidade, forma, motivo, imperatividade e presunção de legitimidade.
- (C) Competência, forma, motivo, objeto, autoexecutoriedade e procedimento administrativo.
- (D) Competência, finalidade, forma, motivo, objeto, mérito administrativo e procedimento administrativo.
- (E) Competência, finalidade, objeto, forma, presunção de legitimidade, autoexecutoriedade e imperatividade.

5. INSTITUTO AACP - 2019

De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na “situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato”, denomina-se

- (A) Competência.
- (B) Finalidade.
- (C) Objeto.
- (D) Forma.
- (E) Motivo.

6. INSTITUTO AACP - 2019

Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente pode sempre transferir atribuições a outros agentes ou chamar a si atribuições de outros agentes, sem qualquer limitação legal.
- (B) Os motivos apresentados pelo agente como justificativas do ato administrativo associam-se à eficácia do ato e se vinculam ao próprio agente e a outros da administração pública.

(C) O ato administrativo perfeito é aquele que cumpre todas as etapas de sua formação, conforme os elementos de sua base formativa, quais sejam: agente, objeto e forma.

(D) O ordenamento jurídico brasileiro não admite o ato de governo.

7. INSTITUTO AOCF - 2019

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um requisito do ato administrativo.

(A) Imperatividade.

(B) Exigibilidade.

(C) Objeto.

(D) Presunção de legitimidade.

8. INSTITUTO AOCF - 2019

O ato administrativo possui cinco requisitos necessários à sua formação que se constituem na infraestrutura do ato administrativo, seja ele vinculado ou discricionário, simples ou complexo, de império ou de gestão. Quais são esses requisitos?

(A) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.

(B) Independência, autonomia, superioridade, simplicidade e singularidade.

(C) Publicidade, política, administração, honorificiência e independência.

(D) Credenciamento, investidura, derivação, efetividade e comissão.

9. INSTITUTO AOCF - 2022

Além dos princípios próprios do regime jurídico administrativo, a compreensão das normas aplicáveis à Administração Pública perpassa pelas construções constantes da literatura. Assim, a prática e veiculação de atos administrativos têm relação íntima com construções teóricas clássicas, como a de Otto von Gierke, entre outros autores. Diante de todo este cenário, assinale a alternativa **correta** sobre os atos administrativos.

(A) A vontade no ato administrativo é idêntica àquela verificada quanto aos atos jurídicos de direito privado, sendo ambas uma manifestação de vontade autônoma.

(B) O ato praticado por um particular, no exercício de sua autonomia privada, que produza efeitos no âmbito do direito administrativo, pode ser categorizado como ato administrativo.

(C) Inobstante haver obrigação de atuação da Administração Pública em determinado caso, a omissão na manifestação de vontade perante a situação não irá repercutir em ilicitude.

(D) A extinção das relações jurídicas derivadas dos atos administrativos não está sujeita ao regime da legalidade.

(E) A autoexecutoriedade do ato administrativo, para sua regularidade, deve obedecer de forma estrita aos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

10. INSTITUTO AOCF - 2020

Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. Todavia, para o ato administrativo estar revestido de validade, é necessário qual dos seguintes atributos?

(A) Atipicidade.

(B) Poder de Polícia.

(C) Presunção de legitimidade e veracidade dos atos administrativos.

(D) Intempestividade.

(E) Poder discricionário.

11. INSTITUTO AOCF - 2020

São atributos do ato administrativo:

(A) objeto e tipicidade.

(B) competência e tipicidade.

(C) competência e imperatividade.

(D) forma e presunção de legitimidade.

(E) presunção de legitimidade e autoexecutoriedade

12. INSTITUTO AOCF - 2024

Segundo a doutrina, no que diz respeito às espécies de atos administrativos, é correto afirmar que as portarias e as circulares podem ser apontadas como exemplos típicos de atos administrativos

(A) normativos.

(B) ordinatórios.

(C) negociais.

(D) enunciativos.

(E) punitivos.

13. INSTITUTO AOCB - 2024

Quanto à formação da vontade, os atos administrativos podem ser classificados em

- (A) gerais e individuais.
- (B) perfeitos, imperfeitos, pendentes e consumados.
- (C) simples, complexos e compostos.
- (D) constitutivos, declaratórios e enunciativos.
- (E) de império e de gestão.

14. INSTITUTO AOCB - 2022

O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, no âmbito de sua competência, deseja publicar ato administrativo em que torne obrigatória a utilização de farda, durante o expediente, para todos os policiais militares que estão lotados em setores administrativos da corporação. Nesse caso, o ato administrativo correto a ser utilizado para veicular tal regramento é o/a

- (A) instrução normativa.
- (B) memorando.
- (C) ordem de serviço.
- (D) circular.
- (E) portaria.

15. INSTITUTO AOCB - 2022

O ato administrativo pode ser classificado de diversas maneiras. Considerando a classificação quanto ao seu conteúdo, assinale a alternativa que apresenta a classificação e descrição **INCORRETAS**.

- (A) O ato constitutivo é o que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração.
- (B) O ato abdicativo é aquele pelo qual o titular abre mão de um direito, dependendo de autorização legislativa.
- (C) O ato extintivo é o que põe termo a situações jurídicas individuais, como, por exemplo, a cassação de autorização.
- (D) O ato simplificado é o que visa reconhecer situações preexistentes ou, mesmo, possibilitar seu exercício, como, por exemplo, a emissão de certidões.
- (E) O ato alienativo é o que opera a transferência de bens ou direitos de um titular a outro.

16. INSTITUTO AOCB - 2022

No que concerne aos atos administrativos, é correto afirmar que os despachos e os ofícios podem ser enquadrados como espécies dos atos administrativos

- (A) ordinatórios.
- (B) normativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos.
- (E) punitivos.

17. INSTITUTO AOCB - 2022

Assinale a alternativa **correta** acerca da classificação dos atos administrativos quanto à natureza da atividade.

- (A) São atos de administração consultiva aqueles que visam informar, elucidar e sugerir providências administrativas.
- (B) Os atos de administração verificadora são os que visam criar, produzir uma utilidade pública, constituindo situações jurídicas.
- (C) Os atos de administração contenciosa visam apurar ou documentar a preexistência de uma situação de fato ou de direito.
- (D) Os atos que visam julgar certas situações em um procedimento contraditório são chamados de atos de controle.
- (E) Os atos que visam impedir ou permitir a produção ou a eficácia de atos de administração são os atos de administração ativa.

18. INSTITUTO AOCB - 2021

De acordo com a doutrina, os atos ordinatórios são

- (A) atos gerais e abstratos que geram obrigações a uma quantidade indeterminada de pessoas, dentro dos limites da lei.
- (B) decorrência do poder normativo de estado, editados para fiel execução das leis.
- (C) atos de ordenação e organização interna que decorrem do poder hierárquico.
- (D) atos administrativos que estabelecem opiniões e conclusões do ente estatal.
- (E) atos por meio dos quais a administração concede direitos pleiteados por particulares.

19. INSTITUTO AOC - 2019

Devido a inúmeros atrasos na entrega de serviços de uma empresa contratados pela Administração Pública, foi aplicada sanção administrativa de advertência conforme previsto em legislação. Por não ter sido resolvida a problemática após um período de tempo, a Administração Pública irá valer-se de aplicação de multa na forma prevista no contrato, de 5 a 10% do valor total contratado. A aplicação dessa nova sanção pode ser classificada como um ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) infralegal.
- (D) penal.
- (E) desvinculado.

20. INSTITUTO AOC - 2019

Assinale a alternativa correta sobre a classificação dos atos administrativos.

- (A) Ato ordinatório é aquele que disciplina o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
- (B) Ato vinculado é aquele que depende da apreciação de conveniência e oportunidade pela Administração.
- (C) Ato discricionário é aquele em que não existe margem para apreciação por parte da Administração.
- (D) Ato enunciativo é uma sanção aplicada pela Administração.

21. INSTITUTO AOC - 2019

A respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Tendo como referência a Lei de Ação Popular, são 05 (cinco) os requisitos do ato administrativo: competência, finalidade, forma, motivo e autoexecutoriedade.
- (B) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente superior ou inferior.

(C) A circular é ato administrativo individual que estipula ordens e determinações internas e estabelece normas que geram direitos ou obrigações internas a indivíduos específicos.

(D) Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, compostos ou complexos, sendo que estes últimos são formados pela soma de vontades de órgãos públicos independentes, em mesmo nível hierárquico, constituindo a aposentadoria de servidor público exemplo de ato administrativo complexo.

22. INSTITUTO AOC - 2021

Leia o trecho a seguir e assinale a alternativa correta acerca dos atos administrativos.

"[...] a retirada se deu porque sobreveio norma jurídica que tornou inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada pelo ato precedente".

Nesse caso, trata-se de hipótese de extinção do ato administrativo pela

- (A) revogação.
- (B) invalidação.
- (C) cassação.
- (D) caducidade.
- (E) contraposição.

23. INSTITUTO AOC - 2020

A autoridade, ao exercer o poder discricionário, deve observar alguns requisitos e princípios. Sobre os limites da discricionariedade do ato administrativo e sua invalidade, assinale a alternativa correta

- (A) A anulação de um ato administrativo ilegal pela própria Administração somente é possível em casos de condutas tipificadas como crimes dolosos.
- (B) A autoridade, ao exercer o poder discricionário, deve realizar uma escolha segundo seus princípios éticos e morais.
- (C) A anulação do ato administrativo que viola a legalidade somente pode ser efetivada por meio de decisão judicial transitada em julgada.
- (D) A discricionariedade do ato administrativo permite ao agente público ignorar legislações que entenda injustas a fim de propiciar maior eficiência à Administração.
- (E) A anulação de um ato administrativo eivado de ilegalidade, em regra, produz efeitos retroativos

REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

1. (2025)

De acordo com o Regimento Interno do TRETO, o Tribunal será composto, entre outros, por juízes federais. Sobre essa composição, assinale a alternativa correta:

- (A) Um juiz federal é escolhido diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) Dois juízes federais são nomeados pelo Presidente da República.
- (C) Um juiz federal é escolhido pelo Tribunal Regional Federal competente.
- (D) Três juízes federais compõem o Tribunal, por indicação da OAB.
- (E) Nenhum juiz federal compõe o Tribunal, apenas estaduais.

2. (2025)

A respeito da eleição do Presidente e do VicePresidente do TRETO, é correto afirmar que:

- (A) A eleição ocorre em sessão secreta, com voto aberto dos membros.
- (B) O mandato do Presidente é de quatro anos, sendo permitida a reeleição.
- (C) Em caso de empate na eleição, será eleito o juiz mais jovem.
- (D) É vedada a reeleição para o período imediato.
- (E) O VicePresidente é sempre eleito dentre os advogados da lista tríplice.

3. (2025)

Nos termos do Regimento Interno, em caso de vacância simultânea dos cargos de Presidente e VicePresidente do TRETO:

- (A) Assume o juiz substituto mais moderno da classe de desembargador.
- (B) O juiz titular mais antigo assume até nova eleição.
- (C) O Tribunal permanece acéfalo até nova designação do TSE.
- (D) O presidente do TSE designará interinamente o novo dirigente.
- (E) O juiz substituto mais antigo da classe de desembargador assume a vicepresidência.

4. (2025)

Sobre os impedimentos para atuar como juiz do TRETO, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Parentes em linha colateral até o terceiro grau não podem compor simultaneamente o Tribunal.
- (B) O vínculo de afinidade não é considerado para fins de impedimento.
- (C) O impedimento se aplica a qualquer forma de vínculo, seja consanguíneo ou afim.
- (D) A exclusão será daquele que tiver sido escolhido por último.
- (E) O impedimento abrange também cônjuges e companheiros.

5. (2025)

É vedado a juiz do TRETO exercer dois biênios consecutivos na Corte, salvo se:

- (A) Houver aprovação unânime dos demais membros.
- (B) Interromper sua atuação por pelo menos dois anos.
- (C) Houver necessidade de composição mínima do colegiado.
- (D) Receber nova indicação da OAB.
- (E) Ocorra afastamento por motivo de saúde.

6. (2025)

Compete ao Plenário do Tribunal julgar originariamente os seguintes casos, EXCETO:

- (A) Habeas data em matéria eleitoral.
- (B) Registro de candidatura a vereador.
- (C) Ações de investigação judicial eleitoral.
- (D) Arguições de inelegibilidade.
- (E) Conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais.

7. (2025)

No que diz respeito às atribuições administrativas do Plenário do TRETO, assinale a correta:

- (A) Conceder pensões e aposentadorias aos servidores.
- (B) Executar diretamente o orçamento anual.
- (C) Sugerir ao TSE a criação de cargos no âmbito do Tribunal.

- (D) Eleger o procurador regional eleitoral.
- (E) Determinar a remuneração dos juízes eleitorais.

8. (2025)

São atribuições do Presidente do TRETO, EXCETO:

- (A) Assinar diplomas dos eleitos para cargos federais.
- (B) Julgar recursos administrativos interpostos por juízes eleitorais.
- (C) Representar o Tribunal em atos oficiais.
- (D) Supervisionar os serviços administrativos do Tribunal.
- (E) Submeter ao TSE a proposta orçamentária anual.

9. (2025)

O corregedor regional eleitoral pode delegar funções, EXCETO:

- (A) A outros membros do Ministério Público.
- (B) Ao assessor técnico da Corregedoria.
- (C) A juízes para diligências.
- (D) A servidores para funções administrativas não decisórias.
- (E) Ao vicecorregedor, nos termos legais.

10. (2025)

A Ouvidoria Regional Eleitoral tem a atribuição de:

- (A) Emitir pareceres técnicos sobre julgamentos do Plenário.
- (B) Representar o TRE junto ao Congresso Nacional.
- (C) Receber e processar denúncias de irregularidades administrativas.
- (D) Expedir resoluções de cumprimento obrigatório.
- (E) Julgar recursos administrativos.

11. (2025)

Quanto ao exercício da Advocacia perante o TRETO, assinale a alternativa correta:

- (A) O advogado pode retirar processos, mesmo com prazos comuns entre as partes.
- (B) É vedada a sustentação oral de advogados em quaisquer julgamentos.
- (C) A ausência de procuração impede atuação em todos os atos processuais.

- (D) A sustentação oral é permitida, salvo nos casos expressamente previstos.
- (E) O advogado não pode examinar autos sem procuração em nenhuma hipótese.

12. (2025)

A respeito do Procurador Regional Eleitoral, é correto afirmar:

- (A) É designado diretamente pelo presidente do TRE.
- (B) Tem mandato de quatro anos, prorrogável por igual período.
- (C) É membro do Ministério Público Estadual.
- (D) Atua obrigatoriamente em todas as fases do processo eleitoral.
- (E) Não possui assento nas sessões do Tribunal.

13. (2025)

O Ouvidor Regional Eleitoral, segundo o Regimento, exerce cumulativamente a função de:

- (A) VicePresidente.
- (B) Corregedor Regional.
- (C) Juiz de Cooperação.
- (D) Diretor da Escola Judiciária.
- (E) Procurador Eleitoral Substituto.

14. (2025)

Sobre o recesso forense no TRETO, é correto afirmar:

- (A) Ocorre de 24 de dezembro a 1º de janeiro.
- (B) Não há recesso estabelecido em período eleitoral.
- (C) Vai de 20 de dezembro a 6 de janeiro do ano seguinte.
- (D) O recesso ocorre apenas por determinação do TSE.
- (E) Está condicionado à aprovação do Plenário.

15. (2025)

Em caso de impedimento do VicePresidente, será convocado:

- (A) O juiz titular mais novo.
- (B) O juiz substituto mais moderno da classe de juiz de direito.
- (C) O juiz substituto mais antigo da classe de desembargador.
- (D) O juiz federal da Corte.
- (E) O ouvidor regional eleitoral.